

SURDIDADE, TRANSGENERIDADE E UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL PARA A EDUCAÇÃO ÉTICA DE PESSOAS TRANS E DE PESSOAS SURDAS

Idris Bonilha Mateus¹, Ester Chaves Pessoa² e Janaina Cabello³

Resumo

Este trabalho, de inspiração metodológica ensaística, é um desdobramento de uma pesquisa de conclusão de curso da pessoa primeira autora deste texto e propõe um exercício de reflexão teórica e conceitual na discussão dos usos políticos e sociais do termo interseccionalidade, especificamente na relação entre os movimentos sociais de pessoas surdas e de pessoas trans. Através de um estudo exploratório do tema, buscamos com nosso levantamento bibliográfico inicial dar a ver modos como a interseccionalidade pode ser uma potente ferramenta analítica no campo da educação para ambos os movimentos sociais citados, compreendendo os usos e discursos para ensaiar pontos de aproximação/intersecção - e também de fronteiras e afastamentos - que possam auxiliar na defesa e reivindicações de uma existência digna para pessoas trans, para pessoas surdas e para pessoas trans e surdas. Nessa direção, partimos da premissa que movimentos sociais protagonizados por grupos minoritários em suas especificidades possuem pontos em comum que podem oferecer conceitos, teorias e estratégias capazes de auxiliar nas lutas enfrentadas por movimentos sociais de forma mais ampla. Acredita-se que este estudo pode se somar às discussões interseccionais já propostas no campo educacional, contribuindo tanto com os estudos na área da educação de surdos, quanto com os debates de gênero com foco na transgeneridade na educação.

Palavras-chave: Surdidade; Transgeneridade; Interseccionalidade; Educação.

DEAFHOOD, TRANSGENERITY AND AN INTERSECTIONAL APPROACH TO THE ETHICAL EDUCATION OF TRANS AND DEAF PEOPLE

Abstract

This work, based on essayistic methodological inspiration, is an offshoot of a first author's course conclusion research and proposes an exercise of theoretical and conceptual reflection in the discussion of the political and social uses of the term intersectionality, specifically in the relationship between social movements of

¹ Bacharel em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Bacharel em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ Doutora em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Pesquisa INDDHU - Infâncias, Diferenças e Direitos Humanos e do Grupo de Pesquisa Linguagem na Diferença (GP-LnD), ambos na UNICAMP.

people deaf and trans people. Through an exploratory study of the theme, we sought with our initial bibliographic survey to show ways in which intersectionality can be a powerful analytical tool in the field of education for both social movements cited, understanding the uses and discourses to test points of approximation/intersection - and also borders and separations - that can help defend and claim a dignified existence for trans people, for deaf people and for trans and deaf people. In this direction, we start from the premise that social movements led by minority groups in their specificities have points in common that can offer concepts, theories and strategies capable of helping in the struggles faced by social movements more broadly. It is believed that this study can add to the intersectional discussions already proposed in the educational field, contributing both to studies in the area of deaf education and to gender debates with a focus on transgenderism in education.

Keywords: Deafhood; Transgenerity; Intersectionality; Education.

1. Introdução: os movimentos sociais surdos e trans no país

A trajetória de vida da pessoa que é primeira autora deste texto foi um primeiro disparador para a escrita deste trabalho, que foi tomando contornos, por sua vez, como um desdobramento de uma pesquisa mais ampla realizada como conclusão de curso da graduação no bacharelado em Tradução e Interpretação Libras/Língua Portuguesa na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)⁴.

Sendo uma pessoa trans não binária, questões e debates sobre o movimento LGBTQIA+ sempre estiveram presentes em sua jornada e ao estudar a respeito do movimento social de pessoas surdas durante o percurso de formação no campo da tradução e interpretação Libras e Língua Portuguesa, associações entre ambos os movimentos foram se apresentando, mobilizando pensamentos e afetos e fazendo com que as demais autoras se somassem ao exercício de reflexão analítica aqui posto em tela, a partir do referencial teórico dos Estudos Surdos, dos Estudos subalternos, interseccionais e anticoloniais, destacadamente.

Desse modo, ao longo de nossos diferentes percursos formativos (tanto acadêmicos como nossas diferentes histórias de vida), tivemos contato com alguns autores e autoras, a exemplo de Marco Gavério (2017), Jorge Leite Junior (2012), Carlos Skliar (2019), Bader Sawaia (2003), Sara York (2020), Sofia Favero (2020), dentre outros/as/es, que se propuseram a emprestar conceitos de diferentes movimentos sociais para somar forças em pautas de reivindicação por múltiplas existências. A escolha das ações dessas pessoas intelectuais e ativistas nesse sentido nos inspirou a realizar um estudo semelhante envolvendo o movimento social surdo, no qual estamos inseridas indiretamente através de

⁴ O trabalho está disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17042>. Acesso em 08 ago. 2023.

nossa atuação profissional, seja como intérpretes de Libras em formação, seja como professora com atuação na área (no caso da terceira autora).

Assim, embora a temática de interseccionalidade venha se apresentando como uma discussão emergente nos últimos anos no país, tendo como resultado um crescente aumento de publicações a respeito no âmbito acadêmico, ainda parecem existir poucos estudos voltados para discutir os usos políticos e sociais do termo, mais especificamente, na relação entre o movimento social surdo e movimento social de pessoas trans.

Para a pesquisadora brasileira Carla Akotirene, a interseccionalidade é compreendida como uma ferramenta crítico-analítica que visa fornecer aporte teórico para a compreensão da inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, “evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão” (AKOTIRENE, s/n, 2019) e os considerando geradores de várias formas de opressões das quais diversas vezes afetam a população através do cruzamento e sobreposição de classe, raça e gênero (AKOTIRENE, s/n, 2019). Ainda, conforme pontua Adriana Piscitelli (2008, p. 266), trabalhar com a interseccionalidade

[...] é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.

Nesse sentido, cumpre destacar que para além de sujeitos à diferentes formas de opressão, existe a agência de pessoas/grupos que experienciam determinados marcadores sociais da diferença, na articulação entre si e seu meio. Ainda como pontua Piscitelli (2008), existem diversas abordagens quanto se trata do debate e da compreensão do conceito de interseccionalidade, sendo que

[...] diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas elas variam em função de como são pensados diferença e poder. Essas abordagens divergem também em termos das margens de agência (agency) concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Para que nosso exercício analítico de aproximações/afastamentos entre as militâncias e ativismos surdos e trans possam ser melhor compreendidos, recuperaremos brevemente as questões históricas acerca de ambos os movimentos sociais no país.

No que se refere ao movimento social de pessoas surdas, percebe-se que a articulação deste movimento, inicialmente, foi organizada a partir da fundação do Instituto dos Surdos-Mudos no ano de 1857 na cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de promover a educação intelectual, moral e religiosa de pessoas

surdas (CARVALHO; NÓBREGA, 2015). Atualmente, a instituição denomina-se o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), e exerce os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo.

Nesse contexto, é importante ressaltar que Língua Brasileira de Sinais (Libras) nem sempre foi aceita e/ou reconhecida no Brasil, sendo que por um longo período as pessoas surdas brasileiras foram submetidas a processos de oralização (ou seja, obrigadas a utilizar a língua oral majoritária do país para se comunicar, na modalidade oral, orofacial, também denominada de leitura labial e/ou leitura e escrita), sofrendo diversas tentativas de apagamento da sinalização em Libras, inclusive em ambientes escolares. De acordo com Oliveira (2020),

A proibição de se comunicar em língua de sinais chegou ao extremo. As pessoas foram punidas fisicamente, porque conversavam em língua de sinais dentro das escolas. Muitos surdos adultos contam histórias em que suas mãos foram espancadas com paus; outros surdos contam que eram obrigados a se ajoelharem em cabos de vassouras enquanto seguravam dicionários com os braços esticados. (OLIVEIRA, 2020).

Assim, de acordo com Brito (2013; 2016), o movimento social surdo no país esteve voltado, principalmente, para pautas político educacionais, a exemplo da luta pelo reconhecimento da Libras como língua (Lei nº 10.436/2002 e decreto nº 5.626 de 2005). Ainda na esfera educacional, outra pauta de reivindicação histórica é o do direito ao ensino bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) para pessoas surdas em seus processos de escolarização, cuja lei foi recentemente sancionada (Lei nº 14.191/2021), alterando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) no sentido de promover a cultura e identidade surda que, a partir de então, passam a ser contempladas no currículo de uma educação bilíngue de surdos. Nesse sentido, o artigo 78 A, inciso primeiro, expressa que o sistema de ensino bilíngue deve proporcionar às pessoas surdas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura (BRASIL, 2021).

Essa legislação é o resultado das movimentações realizadas já há algumas décadas no país pela comunidade surda (CAMPELLO; REZENDE, 2014) e que buscaram tensionar e propor um movimento mais afastado do movimento social das pessoas com deficiência (BRITO, 2016), uma vez que a pauta central do movimento social surdo tem versado, historicamente, na direção da reivindicação de políticas linguísticas e do reconhecimento do “ser surdo como uma questão de vida” (PERLIN, REIS, p. 40, 2012). Nesse bojo, as autoras Gládis Perlin e Flaviane Reis afirmam que “[ser surdo] não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência na perspectiva de um mundo totalmente visual” (p. 40, 2012).

Nessa direção, temos acompanhado uma ampla divulgação no campo dos estudos surdos do termo *Surdidade*, tradução inicialmente dada para o português lusitano e que se refere ao termo *Deafhood* cunhado pelo ativista e

intelectual surdo Paddy Ladd em um artigo da edição de 1993 de uma série de antologias organizada pela Associação Britânica de Surdos e editada por Mervin Garretson (LADD; LANE, 2013). No início, havia um processo para a descoberta das possibilidades que o novo termo poderia oferecer, focando-se em analisar se o conceito seria capaz de atuar como uma alternativa positiva para a palavra “*deafness*”, que incomodava muitas pessoas surdas por sua ênfase a um modelo clínico/reabilitador (LADD; LANE, 2013). Segundo Terceiro (2018), o termo tem sido adotado por intelectuais surdos brasileiros “para fundamentar a visão socioantropológica da surdez, ou seja, a compreensão dos Surdos como integrantes de uma minoria política, em termos linguísticos e culturais” (p. 30).

Essa visão se contrapõe ao tradicional modelo clínico-terapêutico que foca a descrição audiológica da surdez, os diferentes níveis de perdas auditivas, a pedagogia de reabilitação da audição e da fala. Paddy Ladd faz uma forte crítica ao termo “surdez” (*deafness*) para designar a totalidade da experiência da perda auditiva e por ser um conceito clínico que vê o sujeito Surdo como alguém a ser corrigido. Por outro lado, ele propõe o termo “*Deafhood*” que, embora não negue a falta da audição, debate a surdez não em termos individuais ou como “um sujeito a se corrigir”, mas, pela ótica da experiência coletiva. Busca definir um estado existencial e identitário positivo do Surdo ligado à ideia de “ser-no-mundo” (TERCEIRO, 2018, p. 30), ou seja, em apresentar uma visão positiva da experiência da perda auditiva, mostrando para a sociedade que existe uma multiplicidade de identidades inseridas nessas experiências. Essa perspectiva influencia na construção subjetiva do indivíduo que é formada a partir das relações estabelecidas em diferentes contextos sociais, sendo o ambiente escolar um deles.

Ainda como pauta histórica reivindicada pelo movimento social surdo, deparamo-nos com a defesa da presença de docentes surdos durante o percurso educacional das pessoas surdas. Esse profissional - muitas vezes contratado sob o título de instrutor surdo (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012) - é de suma importância para a constituição subjetiva do aluno surdo em seus processos de ensino/aprendizagem, vide seu papel de revelar através da prática a Libras, língua em que ocorrem majoritariamente as interações entre pessoas surdas (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012). Outro aspecto importante da presença desse profissional é o fato de sua atuação, diretamente em língua de sinais, possibilitar que alunos surdos, filhos de pais ouvintes, percebam a si mesmos como pessoas surdas (com aspectos linguísticos e, portanto, culturais próprias), apropriando-se de uma forma de relacionamento que se difere da forma praticada por seus pais e colegas ouvintes (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012), na medida em que uma das facetas do colonialismo presente na educação de surdos é o oralismo, um método de ensino em que os alunos surdos são pouco incentivados ou mesmo proibidos de utilizarem línguas de sinais, tendo como foco apenas a oralização e a fala do português oral, como citado, o que caracteriza um processo educacional ouvintista (SKLIAR, 1998).

Para Ladd e Lane (2013), essa seria a expressão de uma ideologia que visa remover tudo aquilo que é associado aos surdos dos sistemas educacionais, da sociedade e, possivelmente, do mundo. Em contrapartida, numa educação

bilíngue/bicultural de surdos, é necessário que haja práticas educacionais que tornem possível o processo de recuperação das identidades surdas, considerando a cultura e a história política dos surdos (LADD; LANE, 2013).

Nesse ínterim, uma das estratégias para combater o colonialismo ouvinte/ouvintismo é substituir a visão negativa em relação às pessoas surdas e às línguas de sinais. Este é justamente o papel da reivindicação pelo reconhecimento da *surdidade* na educação de pessoas surdas, qual seja, a do respeito pelos conhecimentos, experiências e sabedorias tradicionais surdas, reconhecendo que as culturas surdas foram negativamente afetadas pelo oralismo, o ouvintismo e pelo colonialismo ouvinte (LADD; LANE, 2013).

Ainda nesse sentido, de acordo com Sônia Oliveira, pesquisadora na área dos estudos surdos e CODA (nomeação que se origina do inglês e refere-se à expressão “filhos de pais surdos”), quando há um o encontro entre surdos, ocorre um momento de confiança coletiva que leva à confiança em si próprio. Ou seja, a construção de um coletivo surdo, que reforça o pertencimento deste sujeito nessa comunidade e que promove, no encontro entre as pessoas surdas, (auto)conhecimento, compreensão de si, das outras pessoas e do mundo (OLIVEIRA, 2020).

Por sua vez, ao nos voltarmos para os estudos de gênero, constatamos que de forma semelhante, historicamente, houve uma tentativa de apagamento das subjetividades trans em nossa sociedade, uma vez que a construção do gênero, de modo histórico/social/cultural, é fundada em sociedades baseadas em binarismos, que se estendem ao contexto social mais amplo, quando tomamos, por exemplo, o binômio normal/anormal. O termo anormal, aqui, representa um grupo de palavras que marcam pessoas como fora do padrão hegemônico (MODESTO, 2013) - tais como as pessoas trans e, também, as pessoas surdas.

Ainda conforme Edith Modesto (2013), a *generidade* é um conceito que serve de controle e que influencia os modos como as pessoas se organizam/organizam suas subjetividades na sociedade, sendo um dispositivo de poder (numa acepção foucaultiana) e que se soma aos ideais neoliberais, políticas economicistas e favorecimento de uma elite plutocrática que só faz aumentar as desigualdades já existentes (VERBICARO, 2021) - utilizado para a unidade e regulação dos comportamentos sociais e subjetividades a eles associados.

A transgeneridade na cultura atual, dentro dos parâmetros que regem as identidades de gêneros, é compreendida como uma condição possível para que as pessoas adotem uma identidade de gênero (masculina, feminina ou não binária) distinta daquela que concorda com suas características biológicas designada ao seu nascimento (MODESTO, 2013). No entanto, este conceito se modificou diversas vezes ao longo da história sendo que, a princípio, por exemplo, o termo travesti era utilizado para nomear homens gays afeminados, sendo adotado em alusão a um “estado ou condição momentânea”, como “estar travesti” ou “o travesti” (no sentido de se estar travestido). Nesse sentido, o

termo carregava em si diversos estigmas dentro da sociedade (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Nesse cenário, o movimento homossexual vai se constituindo através de identidades coletivas e distintas, englobando com o passar do tempo outras categorias. As travestis foram incluídas sem que estas afetassem a visão que se tem da identidade homossexual ou gay e esse processo só acontece após a opção de políticas identitárias começarem a se consolidar, fazendo assim que travestis surjam como sujeitos políticos, principalmente após meados da década de 1990 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Desse modo, historicamente, parece haver dois modos principais de organização de travestis no Brasil, que conforme Carvalho e Carrara (2013) são

[...] sua auto-organização, geralmente em resposta à violência policial nos locais de prostituição; outras, a partir da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS, através de projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 325).

Nessa direção, percebe-se então que o liberalismo econômico busca a minimização de políticas públicas promovidas pelo Estado juntamente com o aumento da presença deste no campo jurídico, notadamente do controle social e repressão, proporcionando à amplificação das desigualdades e violências, não apenas física, mas também estrutural e simbólica (VERBICARO, 2021).

É nesse contexto, portanto, que embora conquistas relevantes tenham acontecido no país no que diz respeito à proteção de vidas trans (o fato da transfobia ser considerada como um crime de racismo desde 2019, criando assim um código penal referente a condutas transfóbicas (PICCOLI, 2019), por exemplo), segundo um boletim disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (BENEVIDES; OLIVEIRA, 2021), somente no primeiro semestre do ano de 2021 foram registrados 80 assassinatos de pessoas trans, 33 tentativas de assassinatos, além de 27 violações de direitos humanos.

Cumprе destacar que embora o cenário de violência contra as pessoas trans tenha de avolumado consideravelmente nos últimos anos - em consequência do cenário de ascensão bolsonarista e de inúmeras políticas de recrudescimento no que diz respeito aos Direitos Humanos (CABELLO, 2022) - as conquistas deste movimento social é resultado do movimento de diversas organizações como Grupo Gay da Bahia e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PICCOLI, 2019). Outro passo importante para as pessoas transexuais foi o decreto Nº 8727, de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016).

No âmbito acadêmico, por sua vez, Sofia Favero (2020, p. 43) aponta para o campo insurgente que é o campo dos estudos trans, feito por pessoas

trans e que revelam “como os saberes marginais podem ser utilizados na produção de conhecimento. Travestis cientistas. Travestis intelectuais. Travestis pesquisadoras”. Nesse sentido, a autora aponta para as múltiplas camadas de construção e de reivindicações do movimento trans, como parte de uma “epistemologia infratora”, suas “travecagens laboratoriais, pedagógicas, psicológicas, jurídicas, administrativas, dentre outras” (2020, p. 43).

Por sua vez, quando pensamos na condição surda como um fator de diferença (e, portanto, também como um marcador de opressão e vulnerabilidade como já salientado), não localizamos um grupo ou uma organização (assim como a ANTRA no caso das pessoas trans) que realize a sistematização de violência contra pessoas surdas. Devido à ausência de informações específicas às pessoas surdas, estendendo a pesquisa para dados acerca da violência contra Pessoas com Deficiência (PCD), até o ano de 2009 não havia nenhum órgão responsável pela sistematização dos dados sobre violência contra PCDs, de acordo com levantamento realizado por Maio e Gungel (2009). No entanto, existe o Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA), que busca conhecer a magnitude e gravidade de violências e acidentes e fornecer subsídios para definição de políticas públicas, estratégias e ações de prevenção, atenção e proteção às pessoas em situação de violência extrafamiliar contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiências, indígenas e população LGBTQIA+.

Nesse sentido, apesar da falta de sistematização de dados específicos em relação à violência contra pessoas surdas, é possível encontrar inúmeras notícias relatando violências contra essa população em diversos sites e portais de notícias. Esses artigos jornalísticos informam, por exemplo, sobre o aumento da violência ou a denúncia de violência doméstica contra mulheres surdas ao longo do período de isolamento social em consequência da pandemia de COVID-19 ao longo dos anos de 2020 a 2021.

Apresentados brevemente percursos e contornos de ambos os movimentos sociais sobre os quais discutimos no espaço deste texto, buscamos a seguir apresentar alguns pontos de reflexão acerca das diferenças específicas da surdidade e da transgeneridade e as formas como ambas as diferenças, de modo interseccional, podem dar a pensar os limites e as possibilidades da educação no combate às violências (re)produzidas a partir de noções de diferença e dos estudos interseccionais - ou seja, pensar as relações da surdidade e transgeneridade, em diálogo com conceitos outros que também debatem sob o “guarda-chuva” da diferença, tais como raça, classe e geração, buscando compreender de que formas podem se articular produzindo formas diversas de exclusão e marginalização, mas também de potencialidades, resistências e agências nos espaços educacionais.

2. Percurso metodológico adotado

Para a apresentação de nosso exercício analítico, adotamos uma escrita em tom ensaístico, uma vez que esse gênero textual permite uma imersão pessoal e subjetiva no tema a ser explorado, ao mesmo tempo em que exige



rigor de argumentação e de demonstração. Nesse sentido, de acordo com Paviani (2009, p. 4), “o rigor típico do ensaio aparece aliado, quase sempre, à ao estilo de interpretação e de julgamento pessoal”. Ainda de acordo com o autor

É inerente à forma do ensaio a sua própria relativização: ele precisa compor-se de tal modo como se, a todo momento, pudesse interromper-se. Ele pensa aos solavancos e aos pedaços, assim como a realidade é descontínua, encontra sua unidade através de rupturas e não à medida que as escamoteia. A unanimidade da ordem lógica engana quanto à essência antagônica daquilo que ela recobre. A descontinuidade é essencial ao ensaio, seu assunto é sempre um conflito suspenso. (ADORNO 1994, p. 180, apud PAVIANI, 2009, p. 5).

Portanto, como salientado inicialmente, a partir principalmente da experiência/existência trans de uma das pessoas autoras deste texto, a escolha pela escrita ensaística nos parece permitir tomar a experiência como ponto de partida (PAVIANI, 2009).

Quanto ao caráter teórico, nosso levantamento bibliográfico inicial (apresentado na pesquisa mais ampla de Mateus, 2022) foi realizado a partir de buscas utilizando o buscador *Google Acadêmico*⁵, entre os anos de 2021 e 2022 e se orientaram a partir das seguintes palavras-chave: *interseccionalidade, movimentos sociais, movimento social trans, movimento social surdo, transgeneridade, surdez*. Essas palavras-chave foram destacadas por relacionarem-se diretamente à temática abordada. Por sua vez, da relação de textos encontrados, foram escolhidos 11 textos que se destacaram através do título e palavras chaves que se associavam diretamente com o tema escolhido.

Já para este texto, especificamente, discutiremos a partir de dois trabalhos (VIEIRA; CAETANO; SILVA, 2022; BRITO, MEDEIROS, BENTO; RODRIGUES, 2021), uma vez que uma nova busca foi realizada, agora com as seguintes palavras-chave: *interseccionalidade, transgeneridade, surdez e deafhood* (escolhidos por relacionarem-se diretamente à temática abordada no recorte que apresentamos aqui) e resultaram apenas no trabalho já desenvolvido por nós anteriormente, demonstrando a urgência de pesquisas e materiais sobre a temática, sobretudo na relação com a educação.

3. Interseccionalidade como conceito político para a construção de parâmetros éticos na educação

À escola, como instituição social responsável pela formação ética, plural, laica e socialmente referenciada, cabe assumir seu papel na construção de uma sociedade mais justa, equânime e solidária. A luta pela garantia de igualdade de condições e de oportunidades para todas as pessoas passa, necessariamente, por uma educação em que o respeito mútuo, o respeito aos outros, outras e

⁵ Embora as consultas também pudessem ser feitas em outros filtros e bases de dados, tais como periódicos específicos das Ciências Sociais e/ou Educação, este trabalho traz uma breve discussão a partir da base de dados consultada e dos resultados obtidos ao longo do trabalho já concluído de Idris Bonilha Mateus (2022).

outres, o reconhecimento das diferenças e a possibilidade de trabalhá-las sejam objeto de ações cotidianas em todos os espaços e tempos educativos, na direção de tensionar “uma epistemologia cisgênera que permeia aquele espaço [pedagógico] de maneira constitutiva” (FAVERO, 2020, p. 32).

Nessa direção, a partir do contexto social mais amplo encontrado no país, como apresentado anteriormente, fica evidente que educar sob uma perspectiva de igualdade envolvendo os assuntos gênero, classe, raça (discutindo questões sobre a branquitude e o racismo estrutural) e as múltiplas outras formas de opressões (como o ouvintismo, no caso das pessoas surdas), é tarefa complexa e exigente. Considerando que no Brasil a promoção da igualdade de gênero só figura dentre os objetivos educacionais a partir da década de 1990 e, desde então, vêm enfrentando inúmeros obstáculos e oposições (DESLANDES, 2005) e que a Língua Brasileira de Sinais só foi reconhecida como língua em 2002 (BRASIL, 2002), por exemplo, percebe-se o quanto ainda temos que avançar nessas discussões. De forma semelhante, a educação em Direitos Humanos, não se situa em uma posição privilegiada, e o tema ainda encontra inúmeras resistências em nosso país (BALIEIRO, 2018).

Nesse contexto, como buscamos destacar, o Brasil se constitui e se caracteriza como um dos países mais desiguais do mundo, negligenciando a pobreza e gerando um processo de exclusão de comprometimento da qualidade de vida de milhões de pessoas. Como é dito por Verbicaro (2021), “o desenvolvimento econômico brasileiro foi historicamente perverso, porque aumentou as desigualdades estruturais” (p. 27). Assim, conforme citado, o país possui uma construção histórica pautada no preconceito, violência e opressão daqueles que não se encaixam no padrão do colonizador, europeu (de pele clara), heterossexual, cisgênero, ouvinte, bem como em relação àqueles que pertencem às classes mais pobres e vulnerabilizadas economicamente. O gênero adiciona uma outra camada identitária: sendo uma sociedade machista, o homem cisgênero representa o perfil hegemônico, o que acaba por vulnerabilizar mulheres, crianças e pessoas trans, de modo mais contundente.

Desse modo, as diferentes opressões não se somam apenas, elas se multiplicam e geram situações únicas de sofrimento e exclusão, mas também de lutas e resistências. Conforme afirma Yásnaya Elena Aguilar Gil, “As resistências políticas, culturais, linguísticas, ou de qualquer tipo podem se dar por confrontação, por uma aparente aceitação ou por infiltração, mas na verdade nunca têm sido de uma única maneira e são complexas, se tecem e se exercem ao mesmo tempo de formas contraditórias, dinâmicas, criativas e muitas vezes inconscientes”⁶(2019, p. 27).

Uma vez que a educação se identifica como um espaço privilegiado na formação e socialização humana, pode, por um lado, ser determinante para

⁶ Do original: “Las resistencias políticas, culturales, lingüísticas o de cualquier tipo se pueden llevar a cabo por confrontación, por acato aparente o por infiltración, pero es verdad que nunca han sido de un solo modo y que son complejas, se tejen y se ejercen al mismo tiempo de formas contradictorias, dinámicas, creativas y muchas veces inconscientes”. Tradução nossa.

construção de uma consciência crítica, ou um suporte para alienação da consciência humana e reprodução da ideologia hegemônica excludente.

Assim, cumpre destacar que a questão interseccional abordando relações de gênero e a diferença surda começa a ser discutida mais recentemente o que, em nossa percepção, começa a ampliar as possibilidades de discussão e de práticas pedagógicas que vislumbrem os atravessamentos das estruturas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado também na relação com as múltiplas diferenças – inclusive as diferenças surdas (o que, por sua vez, também movimenta o campo dos estudos surdos para o estudo de outras formas de opressão que não apenas as ouvintistas/ouvintes).

Nessa direção, por exemplo, destacamos a discussão que aborda os estudos surdos relacionando-os ao campo mais amplo das diferenças (considerando a interseccionalidade, como citado) conforme proposto por Vieira, Caetano e Silva (2022) - através do texto intitulado “‘Flutua’ saberes, experiências e direito de existência queer surda nas discursividades de um clipe musical” - quando as pessoas autoras se propõem a discutir a diferença surda em articulação com pautas de gênero (no caso, a homossexualidade masculina).

Ainda no que diz respeito às publicações mais recentes, Brito, Medeiros, Bento e Rodrigues (2021), por exemplo, apresentam um trabalho que lança mão da relação da violência de gênero e raça em intersecção com a diferença surda no texto “Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências”. Ainda nesse contexto, quando nos aproximamos do conceito de “sofrimento ético-político” apresentado por Bader Sawaia (2003), consideramos que este seja uma importante ferramenta conceitual para auxiliar na compreensão de produções mais recentes de trabalhos que abordam a diferença surda e suas relações fronteiriças com a matriz colonial moderna (heteropatriarcal, branca, ouvinte, dentre as tantas outras chaves de normatividade), evitando o desvio analítico para apenas um eixo de opressão (no caso das pessoas surdas, da opressão ouvintista) e, nessa direção, passando a considerar elementos como raça, classe e gênero em articulação, ou seja, como elementos que não se manifestam ou se excluem mutuamente (COLLINS; BILGE, 2020).

Em nossa perspectiva, supomos que a busca por amenizar o sofrimento ético-político que paira sobre as pessoas surdas fez com que agissem em prol de uma construção identitária pautada na diferença, a princípio demarcada pela condição surda (PERLIN, 2003; STROBEL, 2008), no entanto recentemente, alguns e algumas pesquisadoras (surdos/as/es e ouvintes) têm começado a pautar também a relação entre outras diferenças como raça, gênero ou sexualidade (VIEIRA, CAETANO, SILVA, 2022; BRITO et. al, 2021), trazendo assim uma ampliação e um reconhecimento das pautas que se interseccionam (também) no movimento social surdo.

4. Algumas considerações finais

Após apresentar os dados referentes a história de ambos os movimentos de pessoas trans e de pessoas surdas propomos, por fim, um movimento analítico de traçar possíveis aproximações e afastamentos entre as pautas, reivindicações e lutas para as existências dignas presentes nos discursos e ações de ambos os movimentos.

Compreendemos que os movimentos sociais são locais onde se constroem novos saberes através das vivências de povos marginalizados (GOHN, 2011). Estes saberes que surgem no interior dos grupos resistentes às forças hegemônicas que operam em opressões e apagamentos da diversidade de modos de existir e se constituir podem ser chamados de epistemologias do sul, definidas por Boaventura de Sousa Santos (2019) como “a produção e a validação de conhecimentos nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado” (p. 17).

Neste trabalho, trouxemos o ouvintismo como uma dessas formas hegemônicas de opressão e compreendemos as pessoas surdas como um grupo marginalizado na esteira do proposto por Santos (2019) - assim como a Libras encarada como uma língua subalterna ou “menor” quando comparado com a língua portuguesa.

Em consonância com Carlos Skliar (1998) utilizamos o termo ouvintismo para nomear a violência direcionada às pessoas surdas baseada na deficiência auditiva como um “problema” biológico a ser corrigido. Ao falar de epistemologias do sul, evocamos ainda o conceito de ecologia de saberes como uma ferramenta para observar e analisar os saberes de determinada luta social e traduzi-los para lutas de outros grupos/movimentos sociais (SANTOS, 2019).

Nesse sentido, nos propusemos a pensar sobre como as reivindicações do povo surdo, por um lado, e das pessoas trans, por outro, constroem (ou poderiam construir) uma ecologia de saberes - baseada em princípios de horizontalidade em que diferentes saberes reconhecem as diferenças entre si de um modo não hierárquico - para uma luta conjunta e com outros movimentos sociais “envolvidos em processos de luta ou resistência menos avançados” (SANTOS, 2019, p. 123).

Nessa direção, é preciso considerar que existem dois momentos importantes para a constituição de uma ecologia de saberes: o primeiro momento é caracterizado pela identificação dos conhecimentos aplicados a um dado movimento social que poderão destacar aspectos importantes de uma luta, como o contexto, as reivindicações, grupos sociais envolvidos e afetados, riscos e oportunidades, etc. (SANTOS, 2019). O segundo momento trata-se de uma tradução intercultural para garantir a inteligibilidade destes conhecimentos por outros grupos/movimentos sociais (SANTOS, 2019).

Desse modo, e na compreensão que os saberes de cada um dos movimentos sociais podem, também operar baseados na reciprocidade, ou seja, que diferentes saberes incompletos se reforçam através do estabelecimento de complementaridade entre si (MATEUS, 2022), trabalhamos aqui com os saberes aplicados nos movimentos sociais de pessoas trans e de pessoas surdas.

Conforme apresentado previamente, o termo *surdidade* busca representar uma visão dos surdos que não possua uma base nos modelos clínicos, apresentando a experiência da condição surda como a potencialidade existente quando se considera outras sensorialidades para viver e marcar existências outras no mundo. Nesse ensejo, destacamos o papel interseccionalidade como uma chave para uma educação em Direitos Humanos empenhada no reconhecimento da alteridade (surda e trans) e que busque subverter dinâmicas sociais excludentes.

Compreendendo o sujeito não como um ser isolado em si mesmo, mas sim como um ponto de encontro entre a experiência individual e a experiência coletiva (SILVA; HENNING, 2011), salientamos ainda a importância, no contexto educacional, da presença de pares com os quais possa haver identificação na diferença, o que potencialmente permite que os alunos, além de adquirirem conhecimentos formais, sejam capazes de perceber-se e construir-se como sujeitos na relação com semelhanças e diferenças, de forma ampla.

Ainda nessa direção, se presença de um professor surdo, em consonância com a surdidade, apresenta formas positivas do “ser surdo”, transpomos para o contexto da educação para as diferenças trans a potência que a presença de docentes trans poderia representar no cenário educacional de forma mais contundente, uma vez que permitiria que outras pessoas trans e cisgêneras construíssem suas identidades através, também, das relações interpessoais com essas experiências subjetivas trans.

Portanto, reconhecendo as especificidades do que reivindica e luta cada movimento social e na compreensão de uma horizontalidade e reciprocidade entre ambos os caminhos de luta, sofrimento e vulnerabilidade (ou seja, de que não há “maior” ou “menor” direito ou sofrimento, mas histórias e modos de ser e existir que são específicos mas que podem se interseccionar), pretendemos com este ensaio teórico realizar um diálogo entre os movimentos sociais surdo e transgênero para estabelecer laços de amizade (CABELLO, 2021), ou seja, de propor, mesmo que ainda inicialmente, “formas de construir pontes e alianças com outros movimentos e até mesmo como forma de lidar com as burocracias judiciais ou administrativas do Estado” (SANTOS, 2019, p. 123).

Nesse sentido, consideramos “que buscar a ecologia de saberes de que fala Boaventura de Sousa Santos (2019) seja urgente para (re)construir, de forma coletiva e cooperativa, os conhecimentos-na-luta, a partir do compartilhamento das experiências de quem vive diferentes opressões no corpo - a opressão na carne” (CABELLO, 2021).

Retomando a expressão “opressão na carne” dita por Cabello (2021), além de apresentar as aproximações de ambos os movimentos sociais, partimos ainda da vivência da pessoa primeira autora do texto como profissional

intérprete de Libras em formação que, justamente por ser uma pessoa trans não binária, está sujeita às diversas opressões e dificuldades vivenciadas e expostas neste trabalho. Acrescentamos, ainda, a importância da militância trans no cenário educacional para a sua presença e permanência como pessoa trans no ensino superior e a garantia do nome social como um fator importante para pessoas trans no espaço acadêmico.

Por fim, ensejamos com as reflexões propostas neste trabalho que a interseccionalidade, como ferramenta conceitual, possa ser uma alternativa para que a educação – de pessoas surdas, de pessoas trans, mas também de modo mais amplo e plural, possa ser tomada não como um conjunto normativo de valores e normas a serem difundidas, defendidas e obedecidas, mas como uma experiência a ser construída, uma ética a ser inventada no diálogo que “incorpora a diferença, admite o conflito e enfatiza a dimensão política que impregna toda relação social e institui sentidos provisórios e contingentes nos permanentes processos de disputa hegemônica” (RAMOS, 2011).

Desse modo, portanto, esperamos que este estudo possa se somar às discussões interseccionais já propostas no campo educacional, contribuindo tanto com os estudos na área da educação de surdos, quanto com os debates de gênero com foco na transgeneridade na educação, na direção de uma educação mais ética de/para pessoas surdas e pessoas trans.

REFERÊNCIAS

AGUILAR GIL, Yásnaya Elena. Resistencia. Una Breve Radiografía. **Revista de La Universidad de México** 847. Disponível em

<https://www.revistadelauniversidad.mx/articles/80ee3de7-f0fc-4a8d-a97e-c97d32c0beb6/resistencia>. Acesso em: 11 ago. 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais, São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/KttdD5GkPYPjH69DZxw6VcL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 ago. 2023.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Boletim Nº 002-2021. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)**. Disponível em:

<https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil – Brasília, 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 81, p. 1, 29 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**: Lei nº 14191 – 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRITO, Fábio Bezerra de. O Movimento Surdo no Brasil: A Busca Por Direitos. *Journal Of Research In Special Educational Needs*, [S.L.], v. 16, p. 766-769, ago. 2016. Disponível em Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1471-3802.12214> Acesso em: 20 dez. 2022.

BRITO, Fábio Bezerra de. O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) - **Curso de Educação, Faculdade de Educação**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRITO, Ires dos anjos.; MEDEIROS, Jonatas Ribeiro; BENTO, Nanci Araújo; RODRIGUES, Nayara. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, v. 6, n. 01, jan./jun., p. 209-232, 2021.

CABELLO, Janaina. “Eles não conseguiram me olhar e respeitar meu direito de criança”: transpedagogia e o direito à identidade, à liberdade e à cidadania



ativa de crianças trans. In: LINS, Heloísa A. Matos (Org.). **Democracia e participação das infâncias e juventudes no Brasil: cidadanias mutiladas**. Campinas: SP, Mercado das Letras, 2022.

CABELLO, Janaina. Cartografia das (re) territorializações do movimento social surdo no Brasil atual: (des) caminhos para as pedagogias surdas como devir. 2021. 249 f. Tese (Doutorado) – **Faculdade de Educação**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, [S.L.], n. - 2, p. 71-92, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.37229>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARVALHO, Vanessa de Oliveira; NÓBREGA, Carolina Silva Rezende da. **A história da educação dos surdos: o processo educacional inclusivo**. In: Anais do II Seminário Potiguar: educação, diversidade e acessibilidade – uma questão de efetivação de direitos. 2015. Disponível em <https://www.uern.br/controledepaginas/educacao-atual-/arquivos/3678anais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), [S.L.], n. 14, p. 319-351, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-64872013000200015> Acesso em: 20 dez. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto ético-político da humanização: conceitos, métodos e identidade. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v.9, n.17, p.389-406, 2005.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Salvador: BA. Editora Devires, 2020.

GAVÉRIO, Marco Antonio. Nada sobre nós, sem nossos corpos!: o local do corpo deficiente nos disability studies. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 95-117, jan/jun 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 47, n. 16, p. 333-361, maio/ago 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2020.



JUNIOR, Jorge Leite. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, maio/ago 2012.

LADD, Paddy; LANE, Harlan. Deaf Ethnicity, Deafhood, and Their Relationship. **Sign Language Studies**, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 565-579, 2013. Project Muse. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/sls.2013.0012>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ROSA, André Luís Mاتيولli; ALMEIDA, Elomena Barboza de. Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 10 dez. 2022.

MAIO, Iadya Gama; GUNGEL, Maria Aparecida. Violência contra a Pessoa com Deficiência é o Averso dos Direitos Consagrados nas Leis e na Convenção da ONU. AMPID, 2009. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/MGugel_Iadya_Violencia_Deficiente.php. Acesso em: 01 jun. 2022.

MATEUS, Idris Bonilha. Surdidade e Transgeneridade: afastamentos e aproximações. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tradução e Interpretação Libras/Língua Portuguesa) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, [S.L.], v. 1, n. 24, p. 49-65, 24 dez. 2013. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/va.v0i24.57215>. Acesso em: 19 dez. 2022.

OLIVEIRA, Sônia Marta. Os artefatos culturais surdo nos currículos de graduação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa. 2020. 87 f. Tese (Doutorado em Educação) – **Programa de Pós-Graduação em Educação**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PAVIANI, Jayme. O Ensaio como Gênero Textual. **V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**. RS, Brasil. ago. 2009.

PERLIN, Gladis. O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 f. Tese (Doutorado) - **Curso de Pós-Graduação em Educação**, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PERLIN, Gladis; REIS, Flaviane. Surdos: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (Orgs). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.



PICCOLI, Lucas Ferreira. A criminalização da Homofobia/Transfobia e o Racismo Estrutural. **Revista Transgressões**, [S.L.], v. 7, n. 02, p. 119-136, 15 fev. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21680/2318-0277.2019v7n02id18661> Acesso em 20 dez. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RAMOS, Aura Helena. Educação em Direitos Humanos: local da diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45FsKkzJ8dTb8GDdPn7ywcD/?lang=pt> Acesso em: 20 dez. 2022.

SAWAIA, Bader. Fome de felicidade e de liberdade. In: **Muitos lugares para aprender**/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária -CENPEC – São Paulo: Unicef, 2003.

SILVA, Rafael Bianchi; HENNING, Leoni Maria Padilha. A construção da subjetividade: notas sobre o sujeito. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 67-74, 23 maio 2011. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v33i1.9439>. Acesso em 20 dez. 2022.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C.B. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **A escuta das diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo**. A afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STROBEL, Karin Lilian. Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – **Programa de Pós-Graduação em Educação**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TERCEIRO, Francisco Martins Lopes. Deafhood: contribuições de Paddy Ladd à educação bilíngue para surdos. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - **Programa de Pós-Graduação em Educação**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

VERBICARO, Loiane Prado. Reflexões Acerca Das Contradições Entre Democracia E Neoliberalismo. **Revista Direito Público**, Brasília, DF, v. 18, n. 97, p. 23-51, jan./fev. 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5115>. Acesso em: 21 mar. 2022.

VIEIRA, Ana Gabriela da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. SILVA; José Rodolfo Lopes da. **"Flutua"**: saberes, experiências e direito de existência queer surda nas discursividades de um clipe musical. Revista de Educación, [s. l], v. 252, p. 35-52, jan. 2022. 3 Por Ano. Disponível em: https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/5832/6012. Acesso em: 20 dez. 2022.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem? Trans da/na Educação:** Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Recebido em: 20 de dezembro de 2022.
Aceito em: 10 de setembro de 2023.
Publicado em: 16 de novembro de 2023.